



## IX Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa Reggio Emilia - 18, 19, 20 de Novembro de 2009

### Declaração Final

Na data de hoje, a IX Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa, que contou com a participação e apoio de políticos, técnicos, representantes de associações e, muito especialmente, de muitos jovens, quer aqui expressar o seu reconhecimento particular à participação destes últimos ao longo de todas as jornadas, bem como agradecer aos jovens participantes pela vossa sincera contribuição e por tudo o que pudemos aprender graças à vossa presença.

A nossa intenção aqui é apresentar resumidamente as seguintes considerações conclusivas, elaboradas a partir da voz dos numerosos jovens que participaram na Conferência:

- 1- Os jovens de diferentes países que se encontraram e aprenderam a melhor conhecer-se no marco da IX Conferência ODP, salientaram que não querem que se lhes considere objectos ou cúmplices nos processos de participação centrados na mediação paternalista dos adultos, mas sim que se lhes reconheça como protagonistas da sua condição de jovens.
- 2- A participação -com o objectivo de promover um processo específico de envolvimento dos jovens- tem que se desenvolver dentro de um marco de cidadania universal, para originar e refundar lugares de pertença e inventar e forjar, todos juntos e em união com os participantes, instrumentos e regras que assegurem a igualdade de oportunidades de acesso a todos.
- 3- A participação das novas gerações tem um **valor educativo** e de **integração social**, os quais lhes permitem assumir com pleno direito o papel de protagonistas dentro da comunidade à que pertencem.
- 4- A participação dos jovens serve para melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas, quer sejam as dirigidas especificamente às novas gerações, quer sejam as inerentes ao desenvolvimento da comunidade local na que estes se inserem, sob uma óptica de crescimento do capital social.  
Os jovens, para entrar nos processos participativos, necessitam de saber claramente qual é o peso da sua **voz** na tomada das decisões finais que lhes concernem.
- 5- Ao definir as actuações de participação das novas gerações, é preciso revestir de especial relevância o contexto social, cultural, territorial e tecnológico onde se desenvolve o processo de participação. O contexto é o elemento regulador das boas actuações: não existem "receitas" preconcebidas e transferíveis sem um necessário trabalho de interpretação do lugar onde se actua.
- 6- Nesta fase de crise das instituições da política representativa, construir oportunidades participativas para os jovens ligadas a decisões específicas ou relativas a temáticas muito mais transversais, gera confiança e permite reforçar o status político dos jovens. Participando, os jovens desenvolvem um sentido de pertença ao território onde vivem. Assim sendo, intercambiam aptidões e reforçam o seu papel. Uma posição mais



- 7- importante e um maior peso político chegam a eles a partir de uma participação activa, actuada com protagonismo e responsabilidade partilhada.  
A democracia participativa, pelo facto de aumentar o conhecimento dos mecanismos e das oportunidades da Democracia Representativa, bem como a confiança nos seus protagonistas, contribui a reforçar as instituições electivas.
- 8- Nesta fase de forte individualização e de segmentação das necessidades, os jovens podem ter dificuldades para individualizar referências e normas sociais partilhadas. Por isso, é necessário passar de políticas juvenis centradas no bem-estar do indivíduo para políticas juvenis centradas na participação dos jovens no crescimento e no desenvolvimento da comunidade onde vivem.
- 9- Os processos participativos nos que os jovens estão envolvidos devem estar dirigidos cada vez mais para a elaboração das políticas públicas de interesse geral sob uma perspectiva capaz de valorizar o enriquecimento conferido por perspectivas atentas ao diálogo intergeracional, às diversidades de sexo, de origem, de idade e de experiência de cada um. As instituições devem promover processos participativos dirigidos aos jovens e apoiar os processos de participação criados e geridos pelos próprios jovens. Neste sentido, deve-se assegurar o respeito pelas linguagens específicas de quem participa e pelo conflito como elemento permanente de crescimento e de mobilização dos indivíduos implicados. Os jovens querem participar, não apenas como adultos do futuro, mas como protagonistas importantes do presente actual e, portanto, necessitam de que a sua participação tenha efeitos imediatos.
- 10-As agências formativas e educativas institucionais devem fazer da participação activa dos jovens uma opção política ligada aos critérios éticos da profissão do corpo de educadores. Devem promover o reconhecimento de linguagens multidisciplinares mais próximas das novas gerações, adaptadas às diferentes faixas etárias e os diversos contextos culturais onde actuem.
- 11- Portanto, a escola tem que se transformar de mero lugar de transmissão cultural, fortemente avaliador e baseado exclusivamente na inteligência disciplinar, a um lugar de **produção cultural** que avalie especialmente a dimensão respeitosa e a dimensão ética do saber dos jovens.

A participação dos jovens não pode ser decretada. Essa atitude pôde ser observada no decorrer da própria Conferência ODP, com a intenção de passar a palavra aos jovens. Isto exige da política pública e dos próprios jovens que continuem a inventar formas de diálogo e de participação.

Por conseguinte, é necessário comprometer-se desde já na criação de novos caminhos participativos coerentes com todos os princípios aqui remarcados, para indicar novas vias capazes de renovar os modos e as formas das nossas democracias.

**Com a participação dos jovens cria-se outro mundo e outra cidade.**



Reggio Emilia, 20 de Novembro de 2009, XX Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Infância das Nações Unidas.